

Documento relativo à autorização do tratamento de dados pessoais com vista à inscrição para possível celebração de contrato de prestação de serviços para a resposta social e educativa de Creche e execução do contrato existente ou que vier a ser celebrado.

Declarantes:

_____, com o contribuinte fiscal _____, portadora do cartão de cidadão _____ e _____, com o contribuinte fiscal _____, portador do cartão de cidadão _____, ambos residentes em _____. Aqui declarando por si e como representantes legais da sua filho(a) menor, _____ portador(a) do cartão de cidadão _____ e do número de identificação fiscal _____ consigo residente e relativamente a quem são titulares das responsabilidades parentais.

Instituição Declaratária:

INSTITUTO D. FRANCISCO GOMES, CASA DOS RAPAZES, Instituição Particular de Solidariedade Social, com o NIPC 500868395, com sede na Rua Dr. José de Matos, em Faro.

Por este meio os declarantes, agindo por si e como representantes legais do(a) menor acima identificado(a), consignam a seguinte autorização quanto ao tratamento de dados pessoais:

Clausula 1.^a

Ao abrigo do disposto no REGULAMENTO (UE) 2016/679 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 27 de abril de 2016, o qual estabelece as regras relativas à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, e designadamente ao abrigo dos artigos cinco e seguintes do mesmo, os declarantes, na qualidade em que outorgam, expressa e inequivocamente autorizam, por este meio, que a Instituição declaratária acima identificada proceda ao tratamento dos seus dados pessoais e dos dados pessoais da sua filha menor acima identificada, com a abrangência seguinte:

I:

Relativamente aos dados pessoais dos declarantes, os mesmos autorizam o tratamento dos seguintes dados por parte da Instituição declaratária:

- a) dados relativos à sua identificação civil e fiscal, bem como à sua residência e composição do seu agregado familiar e ainda relativamente aos seus contactos de telefone e email;
- b) quaisquer dados relativos à sua situação económica e social;
- c) dados relativos à sua situação fiscal;
- d) quaisquer outros dados que, não estando incluídos nas alíneas anteriores, se mostrem necessários para definir a capitação do agregado familiar dos declarantes.

II:

Quanto à menor acima identificada:

- a) dados relativos à sua identificação civil e fiscal, bem como à sua residência e composição do seu agregado familiar;
- b) dados relativos a qualquer decisão judicial relativamente à definição das responsabilidades parentais respeitantes ao mesmo, se a houver;
- c) quaisquer dados relativos à sua situação económica e social;
- d) dados relativos à sua situação fiscal;
- e) quaisquer dados relativos à sua saúde física ou psíquica ou doenças existentes;
- f) todos os dados relativos à sua vacinação;
- g) quaisquer dados relativos à sua evolução física e psíquica.

Clausula 2.^a

Os declarantes expressamente confirmam estarem conscientes de que o tratamento de dados pessoais por si autorizado neste documento se destina a que seja formalizada a inscrição da menor acima referida para beneficiar da Resposta Social e Educativa de Creche, por forma a que se estabeleça a lista de prioridades na admissão, podendo também tais dados pessoais ser tratados pela Instituição declaratória com vista à celebração e execução do contrato de prestação de serviços com vista à resposta social e educativa acima mencionada.

Clausula 3.^a

Os declarantes expressamente autorizam que os seus dados pessoais e os dados do(a) seu (a) filho(a) menor acima referida possam ser consultados pelo pessoal da Instituição declaratória que seja indicado para tanto pela respectiva Direção e ainda que esses dados possam ser consultados ou transmitidos a quaisquer entidades públicas e ainda a qualquer companhia seguradora com vista à contratação de seguro que proteja o respectivo utente no âmbito da resposta social e educativa acima mencionada ou de qualquer outra que seja disponibilizada ao utente pela Instituição Declaratória.

Clausula 4.^a

Os declarantes expressamente autorizam que os seus dados pessoais tratados ao abrigo da presente autorização e os dados pessoais relativos à tal menor se mantenham em poder da Instituição acima mencionada por todo o tempo que durar o contrato de prestação de serviços relativamente à mencionada Resposta Social e Educativa, ou relativamente a qualquer outra que a Instituição declaratória venha a disponibilizar a tal menor, e que, mesmo findo tal contrato, esses dados se mantenham em poder da Instituição declaratória unicamente com vista a que possam ser consultados para fins inspetivos, seja por membros designados pela Direção da Instituição declaratória, seja por pessoas ao serviço das competentes entidades Públicas, declarando também que autorizam que os dados pessoais tratados ao abrigo do presente documento de consentimento permaneçam em poder da Instituição declaratória, para fins inspetivos, mesmo que, na sequência da respetiva candidatura, não venha a ser celebrado o contrato de prestação de serviços, podendo ser consultados pelas pessoas e Entidades anteriormente referidas.

Clausula 5.^a

Os declarantes expressamente confirmam que o consentimento por eles prestado no presente documento, seja relativamente aos seus dados pessoais, seja relativamente aos dados pessoais de tal menor, constitui da sua parte uma manifestação de vontade, livre, específica, informada e explícita, obedecendo a todos os requisitos previstos no n.º 11 do Artigo 4.º do referido regulamento para proteção de dados, mais declarando que, nos termos do disposto no n.º 3 do Artigo 7.º do mencionado regulamento, foram informados previamente de que tem o direito de retirar o seu consentimento a qualquer momento e de que a retirada do consentimento não compromete a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado, tendo-se estipulado que a eventual retirada de consentimento deve revestir a forma escrita.

Clausula 6.^a

Os declarantes expressamente admitem e confirmam que o facto de ter sido dado o presente consentimento não prejudica o direito que exista, por parte da Instituição declaratória de proceder ao tratamento dos dados a que tal consentimento se reporta, ou à sua manutenção, direito esse que derive de qualquer norma do mencionado regulamento para proteção de dados e designadamente das várias alíneas do n.º 1 do seu artigo 6.º.

Data: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____